

27/abril/2022

À: P2CR Serviços de Informática S.A.

À atenção dos(as) Acionistas e Administradores(as)

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº 224JU-038-PB

Prezados(as) senhores(as),

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 da P2CR Serviços de Informática S.A., acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Emerson Del Vale da Silva
Sócio

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
P2CR Serviços de Informática S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da P2CR Serviços de Informática S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da P2CR Serviços de Informática S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis de 2020, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.16, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis em relação receita de 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir adequação de práticas contábeis adotadas pela Companhia nas receitas e contas a receber, com o objetivo de demonstrar comparabilidade e consistência das informações contábeis da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2022

Emerson Del Vale da Silva
CT CRC 1SP-237.439/O-9

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A P2CR Serviços de Informática S.A.(Companhia) tem como objeto social a prestação de serviços de informática, locação, elaboração e desenvolvimento de programas de computadores e softwares customizáveis ou não, suporte técnico em informática, programação, análise de desenvolvimento de sistemas, treinamento gerencial e profissional, tecnologia da informação, processamento de dados, digitação, serviços auxiliares de informática, instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet.

A Companhia está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.519.837/0001- 07 e, NIRE – Número de Inscrição de Registro de Companhias nº 35.227.709.739. Está sediada na cidade de São Paulo (SP), na Avenida Marques de São Vicente, nº 2219, 19ª andar, Sala 1907 – Várzea da Barra Funda, CEP 05.036-040.

1.1. Informações relativas ao COVID-19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e segue com a implementação de seu plano de contingência para manter a continuidade das atividades em uma situação de normalidade.

Benefícios a empregados

Dentro das principais ações internas preventivas, no início da pandemia os colaboradores foram submetidos a regime de trabalho em “home office”, que com o passar do tempo foram voltando eventualmente às atividades presenciais na Companhia. Em 2021 foi adotado pela Companhia o sistema “híbrido” de trabalho, sendo divididos dias da semana em trabalho home office e outros dias de trabalho +no escritória, em modelo de rodízio entre os departamentos.

Outros assuntos

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e segue com a implementação de seu plano de contingência para manter a continuidade das atividades em uma situação de normalidade. Na data da aprovação destas demonstrações contábeis não identificamos riscos que possam impactar significativamente as estimativas ou negócios da Companhia.

2. Bases de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

A emissão das demonstrações contábeis foram aprovadas em 27 de abril de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, nessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Classificação de Itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2. Instrumentos financeiros ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.6. Arrendamentos

Ativo de direito de uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

Passivo de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total de pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.7. Intangível desenvolvimento de produtos

Para avaliar se o ativo intangível gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento, a Companhia classifica a geração do ativo em:

- Fase de pesquisa; e
- Fase de desenvolvimento.

Para os gastos gerados internamente que estão classificados como na fase de pesquisa a Companhia reconhece estes gastos diretamente no resultado do exercício.

Quando o gasto está classificado na fase de desenvolvimento ele se qualifica para o reconhecimento devido já ser possível identificar que existirão benefícios econômicos futuros.

Softwares

Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativo não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para estas demonstrações contábeis a Companhia concluiu que não existem perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.12. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.14. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

3.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.16. Reclassificação nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Por ocasião do encerramento destas demonstrações contábeis, a Administração revisou a apresentação do balanço patrimonial da informação comparativa para refletir as reclassificações nas contas de clientes a receber e lucros acumulados devido ajuste de receita com *cut-off* do período e realizou o ajuste de R\$ 754.166 do contas a receber contra anos anteriores.

Os efeitos da reclassificação encontram-se a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em reais)

ATIVO	Originalmente apresentado	Reclassificação e ajuste	Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.053.483		1.053.483
Contas a receber	289.165	754.166	1.043.331
Impostos a recuperar	6.304		6.304
Adiantamentos	12.455		12.455
Despesas antecipadas	35.957		35.957
Empréstimo c/ partes relacionadas	177.000		177.000
Total do ativo circulante	1.574.364	754.166	2.328.530
Não circulante			
Imobilizado	506.079		506.079
Ativo de direito de uso	659.209		659.209
Intangível	773.006		773.006
Total do ativo não circulante	1.938.295		1.938.295
Total do ativo	3.512.659	754.166	4.266.825

Passivo e Patrimônio líquido	Originalmente apresentado	Reclassificação e ajuste	Reapresentado
Circulante			
Fornecedores	71.125		71.125
Outras obrigações	150.417		150.417
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	506.429		506.429
Obrigações tributárias	465.570		465.570
Total do passivo circulante	1.193.542		1.193.542
Não circulante			
Passivo de arrendamento	574.854		574.854
Total do passivo não circulante	574.854		574.854
Patrimônio líquido			
Capital social	701.843		701.843
Lucros acumulados	1.042.420	754.166	1.796.586
Total do patrimônio líquido	1.744.263	754.166	2.498.429
Total do passivo e patrimônio líquido	3.512.659	754.166	4.266.825

3.17. Receita de contratos com clientes

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: **(i)** quando as partes do contrato aprovarem o contrato; **(ii)** quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos; **(iii)** quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento; **(iv)** quando o contrato possuir substância comercial; **(v)** quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

3.18. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

- a) Prazo e determinação da taxa incremental de arrendamentos;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Impairment dos ativos imobilizados, intangíveis e estoques;
- d) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

3.19. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge*, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia pretende adotar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. A Companhia optou por avaliar as alterações nos contratos como modificação do contrato de arrendamento e não aplicou tal expediente.

Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

a) Alterações ao CPC 26 (R1) (IAS 1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia se tais alterações terão impacto na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação.

b) Alterações ao 23 (IAS 8): Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações têm o intuito de ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1ª de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Atualmente a Companhia avalia os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis:** são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) Outros passivos financeiros:** são classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- c) Valor justo:** os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** a Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

- **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

- **Risco de crédito**

As políticas de vendas consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação da carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de crédito.

- **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

- **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

5. Instrumentos financeiros por categoria

2021			2021		
Custo			Custo		
	Amortizado	Total		Amortizado	Total
Ativos financeiros			Passivos financeiros		
Caixa e bancos	792.998	792.998	Fornecedores	379.729	379.729
Contas a receber	1.462.566	1.462.566	Passivo de arrendamento	570.325	570.325
Total dos ativos financeiros	2.255.564	2.255.564	Total dos passivos financeiros	950.054	950.054

2020			2020		
Custo			Custo		
	Amortizado	Total		Amortizado	Total
Ativos financeiros			Passivos financeiros		
Caixa e bancos	1.053.483	1.053.483	Fornecedores	71.125	71.125
Contas a receber	1.043.331	1.043.331	Passivo de arrendamento	725.271	725.271
Total dos ativos financeiros	2.096.814	2.096.814	Total dos passivos financeiros	796.396	796.396

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa geral	513	113
Banco conta movimento	792.485	1.053.370
Total de caixa e equivalentes	792.998	1.053.483

A composição dos saldos referem-se aos valores mantidos em caixa para pagamento de pequenas despesas e saldos bancários em conta movimento são de alta liquidez.

7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e estão demonstrados valores referentes aos títulos e créditos a receber, resultado dos serviços prestados no período nos montantes demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante		
Clientes - mercado interno	1.462.566	1.043.331
Total de contas a receber de clientes	1.462.566	1.043.331

O aging do contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir representado:

Aging de contas a receber	2021	2020
A vencer	1.348.252	1.043.331
Vencidos de 1 a 30 dias	45.251	-
Vencidos de 31 a 90 dias	29.032	-
Vencidos de 91 a 120 dias	11.464	-
Vencidos de 121 a 365 dias	28.566	-
Vencidos acima de 365 dias	-	-
Total de contas a receber	1.462.566	1.043.331

Contas a receber por tipo de moeda	2021	2020
Reais	1.462.566	1.043.331
Contas a receber de clientes	1.462.566	1.043.331

Com base em análise realizada pela Administração, não há necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa.

8. Impostos a recuperar

	2021	2020
IRRF a recuperar	6.767	6.304
Total de impostos a recuperar	6.767	6.304

9. Partes relacionadas

A Sociedade possui conta corrente com parte relacionada denominada Contábil 360 EIRELI, com CNPJ nº 31.732.731/0001-55, representada pela rubrica "Partes Relacionadas", no Ativo, conforme demonstrados abaixo:

	2021	2020
Partes relacionadas	1.518.303	177.000
Total de partes relacionadas	1.518.303	177.000

10. Imobilizado

	2021	2020
Imobilizado	938.638	506.081
Ativo de direito de uso	480.836	659.209
Total	1.419.474	1.165.290

Mapa de movimentação de ativo imobilizado

	Benfeitorias em Imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e Periféricos	Direito de uso sobre arrendamentos	Total
Taxas de depreciação	4%	10%	10%	20%	(i)	-
Em 31 de dezembro 2019	321.192	24.060	11.133	48.439	839.144	1.243.969
Adições	2.265	-	56.700	98.060	-	157.025
Depreciação	(29.991)	(2.422)	(6.073)	(17.669)	(179.935)	(236.090)
Em 31 de dezembro 2020						
Custo	323.906	24.222	68.710	154.554	839.145	1.410.536
Dep. acum. e <i>impairment</i>	(27.378)	(2.382)	(6.376)	(29.175)	(179.935)	(245.246)
Valor líquido contábil	296.528	21.840	62.334	125.378	659.210	1.165.290
Adições	-	-	1.372	537.659	-	539.031
Depreciação	(34.802)	(2.623)	(7.471)	(61.578)	(178.373)	(284.847)
Em 31 de dezembro 2021						
Custo	323.906	24.222	70.082	692.213	839.145	1.949.567
Dep. acum. e <i>impairment</i>	(62.180)	(5.005)	(13.847)	(90.754)	(358.308)	(530.093)
Valor líquido contábil	261.726	19.217	56.235	601.460	480.837	1.419.474

(i) A taxa de amortização foi calculada com base no período do contrato de arrendamento, que refere-se a sede a Companhia, localizado na Avenida Marques de São Vicente, nº 2219, São Paulo.

Em 2021 a Companhia revisou as estimativas de vida útil para os bens do ativo imobilizado, e não existem ajustes a serem efetuados.

11. Intangível

	2021	2020
Intangível líquido	1.540.587	773.005
Total	1.540.587	773.005

Mapa de movimentação de intangível

	(a) Plataforma franqueador	(b) Performance 1.0 e 2.0	(c) Emissor de nota fiscal	(d) Plataforma contábil	(e) F360 Pessoas	(f) Telemetria e integrações	Softwares	Total
Taxas de depreciação							20%	
Em 31 de dezembro 2019	69.566	171.491	14.181	-	-	-	550	255.788
Adições	174.662	-	88.852	72.369	166.510	-	15.045	517.438
Depreciação	-	-	-	-	-	-	(220)	(220)
Em 31 de dezembro 2020								
Custo	244.228	171.491	103.033	72.369	166.509	-	16.145	773.775
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-	(770)	(770)
Valor líquido contábil	244.228	171.491	103.033	72.369	166.509	-	15.375	773.005
Adições	32.551	77.128	30.908	224.511	144.771	242.888	15.045	767.802
Depreciação	-	-	-	-	-	-	(220)	(220)
Em 31 de dezembro 2021								
Custo	276.779	248.619	133.941	296.880	311.280	242.888	31.190	1.541.577
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-	(990)	(990)
Valor líquido contábil	276.779	248.619	133.941	296.880	311.280	242.888	30.200	1.540.587

(a) Plataforma franqueador

Ferramenta voltada ao franqueador parceiro F360, com visualização das informações gerenciais financeiras de franqueados clientes F360 Finanças, a expectativa de início de operações e geração de caixa desta ferramenta é no 2º semestre de 2022.

(b) Vendas e performance

Ferramenta para gestão de vendas, indicadores e comparativos de resultados voltado a comerciantes varejistas, com integração ao sistema F360 Finanças, o produto está finalizado e passando pela etapa de testes no mercado com expectativa de ativação no 1º semestre de 2022 e geração de caixa imediata.

(c) Emissor de nota fiscal

Ferramenta habilitada para emissão de notas fiscais de circulação de mercadorias, de forma eletrônica, com comunicação com os fiscos estaduais, conforme suas legislações e integração com o sistema F360 Finanças, esta ferramenta está passando por melhorias e inclusão de novas funcionalidades e testes, a expectativa de ativação no 1º semestre de 2022.

(d) Plataforma F360 Contábil

Plataforma voltada para comunicação de BPO Contábil com o cliente, utilizando integração com o sistema F360 Finanças, a ferramenta está em processo de desenvolvimento com expectativa de finalização das primeiras funcionalidades no 1º semestre de 2023.

(e) F360 Pessoas

Plataforma voltada à gestão de recursos humanos, como controle de documentação, contratações, pedidos de férias, pedido de benefícios, entre outro, a ferramenta está em processo de desenvolvimento com expectativa de finalização das primeiras funcionalidades no 1º semestre de 2023.

(f) Telemetria e integrações

A Telemetria é um sistema de gestão com tecnologia avançada e abrangente, o qual levanta, armazena e repassa informações privilegiadas, de forma remota. Integrações realiza a interligação do sistema PDV ao módulo de controle financeiro do Sistema de Gestão Empresarial, com esse sistema é possível contabilizar as vendas feitas em tempo real, da mesma maneira, os pagamentos recebidos (podem ser à vista ou a prazo) são atualizados de forma automática no sistema, ambas ferramentas estão em fase final de testes, a expectativa de ativação no 1º semestre de 2022.

12. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedor mercado interno	379.729	71.125
Total de fornecedores	379.729	71.125
Aging list de fornecedores	2021	2020
A vencer em até 03 meses	379.729	71.125
Total	379.729	71.125
Contas a receber por tipo de moeda	2021	2020
Reais	379.729	71.125
Total de fornecedores	379.729	71.125

13. Passivo de arrendamento

	2021	2020
Circulante - taxas		
Arrendamentos 6,5% a.a.	160.109	228.748
(-) Ajuste a valor presente	(56.969)	(78.331)
Parcela circulante	103.140	150.417
Não circulante		
Arrendamentos 6,5% a.a.	507.261	677.646
(-) Ajuste a valor presente	(40.076)	(102.792)
Parcela não circulante	467.185	574.854
Total de passivo de arrendamento	570.325	725.271

a) Aging por vencimento:

Por data de vencimento	2021	2020
Em até 06 meses	51.570	75.209
De 06 meses a 01 ano	51.570	75.209
De 01 a 02 anos	467.185	574.854
Total de passivo de arrendamento	570.325	725.271
Por tipo de moeda	2021	2020
Reais	570.325	725.271
Total	570.325	725.271

b) Movimentação dos arrendamentos:

	Matriz	Total
Em 31 de dezembro 2019	849.156	849.156
Pagamentos	(220.119)	(220.119)
Juros incorridos (AVP)	96.234	96.234
Em 31 de dezembro 2020	725.271	725.271
Pagamentos	(239.832)	(239.832)
Juros incorridos (AVP)	84.886	84.886
Em 31 de dezembro 2021	570.325	570.325

14. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

	2021	2020
Salários a pagar	310.938	117.629
Pró-labore a pagar	-	1.691
FGTS a recolher	38.981	18.608
INSS a recolher	128.104	63.997
IRRF sobre salários	92.662	37.614
Férias a pagar	10.612	29.174
Provisão de férias	355.440	177.005
Provisão encargos sobre férias	121.915	60.712
Total de obrigações sociais	1.058.652	506.430

15. Obrigações tributárias

	2021	2020
PIS a recolher	11.239	15.364
Cofins a recolher	51.876	70.911
ISS a recolher	50.294	69.934
IRPJ a recolher	332.584	223.258
CSLL a recolher	121.890	82.533
IRRF a recolher	520	438
CSRF a recolher	1.618	2.221
ISS retido	-	911
Total de obrigações tributárias	570.021	465.570

16. Patrimônio líquido

Em 31/12/2019 o Capital Social da Sociedade subscrito era de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais), representado por 163.000 (cento e sessenta e três mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 08/07/2020 foi feita alteração da Sociedade para Sociedade Anônima.

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/08/2020, o valor do Capital Social da Sociedade é aumentado de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil Reais) para R\$ R\$ 701.843 (setecentos e um mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e nove centavos), representado por 83.130 (oitenta e três mil, cento e trinta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, 976 (novecentos e setenta e seis) ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal e 79.870 (setenta e nove mil, oitocentos e setenta) ações preferenciais Classe B nominativas e sem valor nominal, totalizando 163.976 (cento e sessenta e três mil, novecentos e setenta e seis) ações.

Sócios	Ações	%	Valor - R\$
Finanças 360 Participações Ltda.	83.628	51%	357.940
Sputnik Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica	80.348	49%	343.903
Total	163.976	100%	701.843

Em 2021 foram distribuídos, a título de Lucros auferidos no período, o R\$ 2.248.545, conforme destinações realizadas pela diretoria da sociedade.

16.1 Plano de outorga de opções de compra de ações

A Assembleia Geral Extraordinária ocorrida no dia 18 de fevereiro de 2021 aprovou o 1º Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano" ou "Stock Options"). Este permitirá aos beneficiários que adquiram suas ações a preços específicos, objetivando: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano; (iii) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados os Beneficiários e incentivar a criação de valor à Companhia; e (iv) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas, administradores e empregados da Companhia.

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, sendo os beneficiários escolhidos e eleitos por ele, a seu exclusivo critério, que celebrarão os Contratos de Opção no qual especificará, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (i) a quantidade de Opções objeto da outorga; (ii) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (iii) o prazo final para exercício das Opções; e, (iv) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob o seu controle, a partir da data de Outorga, considerando o período de cliff de 2 anos até os prazos de carência especificados abaixo:

Aos beneficiários aplicam-se os seguintes prazos de carência:

- (i) 40% das Opções serão exercíveis após o período de cliff de 2 anos da Data de Outorga;
- (ii) 20% das Opções serão exercíveis após 3 anos da Data de Outorga;
- (iii) 20% das Opções serão exercíveis após 4 anos da Data de Outorga;
- (iv) 20% das Opções serão exercíveis após 5 anos da Data de Outorga.

O Período de vesting, inicia-se após findo o período de cliff, ou seja, após 2 anos da outorga.

17. Receita líquida com vendas

	2021	2020
Receita de prestação de serviços	14.507.032	10.574.423
Receita bruta	14.507.032	10.574.423
(-) ISS	(419.357)	(306.684)
(-) PIS	(94.312)	(68.734)
(-) Cofins	(435.291)	(317.223)
(-) Deduções da receita	(948.960)	(692.641)
Receita líquida de vendas	13.558.072	9.881.782

18. Despesas e custos por natureza

	2021	2020
Salários e ordenados (a)	(2.464.820)	(1.063.894)
Serviços de informática/software (b)	(1.151.802)	(438.249)
INSS	(784.332)	(407.445)
Serviços profissionais	(31.240)	(325.970)
Férias	(428.125)	(307.446)
Depreciação e amortização	(312.160)	(236.309)
Propaganda e publicidade	(100.255)	(194.831)
Assessoria/consultoria	(503.302)	(157.841)
FGTS	(237.247)	(126.511)
Comissões	(25.661)	(118.378)
13º Salário	(248.102)	(108.429)
Outras despesas gerais e administrativas	(139.294)	(107.119)
Vale-refeição/alimentação	(350.138)	(106.747)
Assessoria jurídica	(64.400)	(101.870)
Assistência médica/odontologia	(420.857)	(78.590)
Condomínio	(64.501)	(65.901)
Prêmio	(289.740)	(62.108)
Bolsa auxílio e outros benefícios	(92.055)	(59.839)
Treinamento e desenvolvimento	(23.306)	(34.704)
IPTU	(20.492)	(22.452)
Total	(7.751.829)	(4.124.633)
Custos dos serviços prestados	(6.685.519)	(3.213.370)
Despesas operacionais gerais e administrativas	(754.150)	(674.954)
Depreciação e amortização	(312.160)	(236.309)
Total	(7.751.829)	(4.124.633)

- (a) A variação apresentada nos gastos com salário ocorreram devido ao crescimento de aproximadamente 85% no número de colaboradores bem como revisão anual dos cargos e salários que foram reavaliados ao longo do período.
- (b) Os gastos com serviço de informática/software aumentaram devido ao crescimento da operação no ano que gerou necessidade de novas melhorias e contratações adicionais de licenças.

19. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	18.354	346
Multas ativas	12.139	8.591
Total de receitas financeiras	30.493	8.937
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(75.016)	(49.526)
Descontos concedidos	(7.323)	(7.621)
Juros e mora	(5.802)	(6)
Juros de arrendamento	(78.331)	(96.791)
Perda com aplicações	(7.424)	-
Total de despesas financeiras	(173.896)	(153.944)
Resultado financeiro líquido	(143.403)	(145.007)

20. Contingência

A Companhia não possui contingências tributária, civil e trabalhista, cuja possibilidade de perda foi avaliada como risco provável. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Adicionalmente não há passivos contingentes, cujo risco de perda foi avaliada como possível pelos assessores jurídicos.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Eventos subsequentes

Até o momento da aprovação das demonstrações contábeis anuais não foram identificados eventos subsequentes relevantes após a data-base.

* * *